

O Teleférico do Morro da Providência nas tramas das políticas de memória, patrimônio e imagem da favela no Rio de Janeiro¹

The Providência Cable car in the fabric of the politics of memory, heritage and image of the favela in Rio de Janeiro

Ana Clara Chequetti

Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil

RESUMO

Partindo de uma etnografia do teleférico do Morro da Providência, esse artigo aborda as disputas por narrativas, imagens e memórias que surgem com a inserção das favelas nas políticas de marketing urbano do planejamento estratégico. A infraestrutura, construída nesta que é conhecida como a primeira favela do Brasil, fez parte do projeto de urbanização proposto pela Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro em 2009 que endossava a Providência como Patrimônio Cultural prevendo a construção de um Centro Histórico e Cultural e um circuito de visitação turística atrelado à política de renovação da zona portuária central. Proposto no contexto do Plano Estratégico da Cidade 2009-2012, que preparava o “Rio Olímpico” para recepção dos megaeventos, o projeto tinha o objetivo de tornar a Providência um exemplo de “ex-favela” transformando-a em bairro histórico, mas para isso executou diversas remoções na comunidade. Segundo a trajetória do teleférico, esse trabalho reconstitui a genealogia da dinâmica de patrimonialização e turistificação da favela, desde o Museu a Céu Aberto nos anos 2000 até o projeto do teleférico nos anos 2010, seu abandono pós-2016 e recente retomada, refletindo sobre a tensão entre os projetos de turismo e militarização que permeiam a forma como as favelas vem sendo inseridas na política urbana municipal e aborda como espaços, narrativas, imagens e imaginários sobre o Morro da Providência estão sendo disputados por múltiplos atores.

Palavras-chave: Memória, Renovação urbana, Marketing urbano, Patrimônio cultural, Favela.

¹ Esse artigo se baseia da pesquisa da tese *Ruínas Olímpicas e a destruição infraestrutural como modo de produção da cidade: uma etnografia da vida social do Teleférico da Providência* (Chequetti, 2024), financiada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

Recebido em 6 de dezembro de 2024.

Avaliador A: 27 de janeiro de 2025.

Avaliador B: 26 de fevereiro de 2025.

Aceito em 18 de junho de 2025.



ABSTRACT

Based on an ethnography of the Morro da Providência cable car, this article addresses the disputes over narratives, images, and memories that arise with the inclusion of favelas in the urban marketing policies of strategic planning. The infrastructure, built in what is known as the first favela in Brazil, was part of the urbanization project proposed by the City Hall of Rio de Janeiro in 2009, which endorsed Providência as a Cultural Heritage site, providing for the construction of a Historic and Cultural Center and a tourist circuit linked to the policy of renovating the central port area. Proposed in the context of the City's Strategic Plan 2009-2012, which prepared "Olympic Rio" to host mega-events, the project aimed to make Providência an example of a "former favela" by transforming it into a historic neighborhood, but to do so, it carried out several evictions in the community. Following the trajectory of the cable car, this work reconstructs the genealogy of the dynamics of patrimonialization and touristification of the favela, from the Open-Air Museum in the 2000s to the cable car project in the 2010s, its abandonment after 2016 and recent resumption, reflecting on the tension between tourism and militarization projects that permeate the way in which favelas have been inserted into municipal urban policy and addresses how spaces, narratives, images and imaginaries about Morro da Providência are being disputed by multiple actors.

Keywords: Memory, Urban renewal, Urban marketing, Cultural heritage, Favela.

INTRODUÇÃO

Figura 1. Matéria anunciando o teleférico na Providência



Fonte: Americanos (2009, p. 18).

A imagem de uma montagem com um sistema de bondinhos a caboplainando sobre a favela da Providência em direção à Cidade do Samba ilustrou o caderno Rio do Jornal O Globo do dia 22 de outubro de 2009 com a matéria «Americanos propõem teleférico na Providência» (Americanos, 2009, p. 18). O projeto, elaborado por um laboratório de arquitetura da *Columbia University* (EUA) e apresentado para a Secretaria Municipal de Habitação (SMH) a convite de um grupo de arquitetos, em especial, Washington Fajardo, então subsecretário de Patrimônio Cultural na Secretaria Municipal de Cultura (SMC), ia ao encontro dos interesses da Prefeitura do Rio de revitalização do Porto e de patrimonialização da cultura carioca com a campanha pelo reconhecimento da Paisagem Cultural do Rio como Patrimônio da Humanidade pela Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO).

O teleférico compôs o plano de urbanização proposto pela Prefeitura para a favela da Providência durante a primeira gestão de Eduardo Paes (2009-2012), em um momento importante da política carioca em que se dava início à construção física e simbólica do Rio como “Cidade Olímpica” com o anúncio da recepção dos Jogos 2016 na cidade. Assim, a monumental infraestrutura esteve atrelada à vontade da administração municipal de dar visibilidade e materialidade ao “legado” através de intervenções simbólicas na paisagem carioca. Reconhecida como a primeira favela do Brasil, o plano de urbanização retomava um movimento de valorização histórica da Providência pelo Poder Público, buscando integrá-la ao circuito turístico da Zona Portuária e transformá-la de favela em bairro histórico. Se tradicionalmente as favelas foram elementos sistematicamente ocultados das representações do Rio de Janeiro, a conjuntura do Rio Olímpico marca a inserção das favelas na lógica do marketing urbano em um momento onde sobretudo a paisagem da cidade estava sendo intensamente disputada.

A favela da Providência está localizada no centro da cidade do Rio de Janeiro, entre a Estação Central de trens e a Zona Portuária, tendo sido o termo “favela” cunhado a partir dessa comunidade que também já se chamou Morro da Favella. Formada no final do século XIX, adensada sobretudo pelas demolições das reformas higienistas, a região não só se constituiu como uma “favela”, mas a comunidade popular que ali se formou vai designar mesmo o que seria “favela”. Ao longo do século XX, representações depreciativas acerca da Providência constituíram o imaginário de “favela” e serviram para embasar políticas de gestão da pobreza urbana (Valladares, 2000; Almeida, 2017).

[...] uma favela específica serviu como arquétipo, como base de construção de um tipo ideal, passando a inspirar toda a produção intelectual relativa a esse espaço: o morro da Providência, logo denominado morro da Favella. A dualidade cidade/favela tem sua gênese nesse período fundador, quando a favela é vista como território máximo da precariedade tanto física quanto social que se opõe ao restante da cidade, à sua ordem e à sua população (Valladares, 2000, p. 25).

Assim, por ser considerada a primeira “favela” propriamente dita, cravada no coração da cidade que era a capital do Brasil, a Providência passa a ser tomada como símbolo da “favela genérica” e sua imagem se tornou objeto de um complexo emaranhado político, fazendo com que a comunidade seja constantemente alvo de intervenções profundamente simbólicas atreladas as rationalidades de cada época que gerem a metrópole. As representações são, assim, um campo em disputa que não apenas espelham esses conflitos e dinâmicas, mas têm elas mesmas o poder de agir politicamente no mundo. Acontece com a favela da Providência uma dinâmica de (in) visibilidade, em que apesar de ser muito narrada, retratada e representada, frequentemente é segundo óticas externas que disputam seus significados.

Nesse sentido, a Providência adquire um papel estratégico na política de marketing cultural do Rio Olímpico, importante para modificar material e simbolicamente a imagem do Rio de Janeiro, tradicionalmente associada a pobreza e violência, pois transformar a narrativa e a imagem do símbolo da “favela” primordial, seria transformar a imagem de “favela” de modo geral.

Elogiando o visual “fantástico” e “maravilhoso”, o Prefeito Eduardo Paes dizia que o Teleférico da Providência viraria “o Pão de Açúcar 2 [...] Você pode ver a cadeia de montanhas do interior do Estado, a Ponte Rio-Niterói, o Porto do Rio, a Igreja da Penha, o Cristo Redentor, o Pão de Açúcar, o Relógio da Central e o Centro do Rio. Esse é um ponto privilegiado da visão da cidade” (Borges, 2012). A referência é emblemática ao sugerir que a representação do Rio de Janeiro, o Morro do Pão de Açúcar, metonímia imediata da cidade e imagem vendida a exaustão nos cartões-postais, passaria agora a ser o Morro da Providência. A pergunta não é tanto se isso se concretizaria, mas sim como um teleférico na favela passa a representar o novo bondinho do Pão de Açúcar, suprassumo simbólico de uma idealização elitista e branca do Rio de Janeiro? Como os cenários das novelas se deslocariam da idílica zona sul das praias para as favelas cariocas? Por muitos anos cortadas fora do enquadramento das câmeras fotográficas dos turistas e dos panfletos de passeio, as favelas se tornam objeto no foco do “olhar do turista” (Urry, 1990), da construção da imagem do Rio “maravilhoso” (Jaguaribe, 2011) e das políticas da gestão urbana que a enquadravam na paisagem da “Cidade Olímpica”.

O projeto foi proposto no contexto Plano Estratégico da Cidade do Rio de Janeiro - “Rio Pós-2016: o Rio mais integrado e competitivo” (PECRJ 2009-2012) que definiu diversas diretrizes de “fortalecimento da marca Rio” agindo sobre a política da Paisagem Cultural do Rio de Janeiro a fim de torná-lo “Capital do Turismo”, “Capital da Indústria Criativa” e “Capital Verde” (Rio de Janeiro, 2009, p. 11), ao mesmo tempo que combinou políticas contra a “ocupação desordenada do espaço público” e estabeleceu como meta a redução de 3,5% das áreas ocupadas por favelas até 2012 (Rio de Janeiro, 2009, p. 88). Como resultado dessa política houve crescentes investidas estatais contra as favelas, gerando uma onda de remoções

de casas que provocaram o deslocamento de cerca de 22 mil famílias (77 mil pessoas) na cidade do Rio de Janeiro e em torno de 140 famílias da Providência (Comitê Popular da Copa, 2015).

Lançado inicialmente como *Plano de Desadensamento e Reordenamento da Providência* (Rio de Janeiro, 2010) e depois agregado ao *Morar Carioca*, o plano de urbanização proposto para a Providência pela SMH refletiu as dualidades e contradições dessa política que aliou militarização e turismo. Por um lado, endossando a Providência como Patrimônio Cultural e propondo não apenas um, mas dois Teleféricos, um Plano Inclinado e um Centro Histórico e Cultural ligados ao circuito turístico na região, e por outro, anunciando a remoção de 832 casas, mais de 1/3 da comunidade (Daflon, 2010). Com o início das obras em 2011, moradores foram surpreendidos com os muros de suas casas pintados com as iniciais “SMH”, marcadas para saírem de um futuro imaginado sem elas: “[...] alguns arquitetos e engenheiros estão riscando um novo teleférico, um plano inclinado para mudar a nossa história. Eu não quero a história deles!” (Moradora do Cruzeiro em FCP, 2011a, p. 23).

A arbitrariedade e falta de diálogo da Prefeitura fez com que o projeto não fosse bem recebido na comunidade, enfrentando uma longa disputa contra as remoções, momento retratado no documentário “Casas Marcadas” (2012). As irregularidades desse processo levaram à paralisação judicial da obra por longos períodos, concluindo-se apenas o teleférico, por insistência da Prefeitura, e deixando obras inacabadas na comunidade. Inaugurado durante a Copa do Mundo 2014, o teleférico ficou operante por menos de dois anos ao ser abandonado após as Olimpíadas 2016 no Rio de Janeiro, sendo posto novamente em circulação apenas 2024, com a reeleição de Eduardo Paes à Prefeitura, mais de sete anos depois.

Esse trabalho se baseia nos resultados do estudo etnográfico realizado de 2019 a 2024² no pós-obra do Teleférico do Morro da Providência com o objetivo de compreender seus usos, significados e impactos da trajetória de suspensões e abandonos do megaprojeto de urbanização. Nesse estudo defendo que, mesmo quando inativo, o teleférico continua enredado em densas relações políticas, sociais, econômicas e simbólicas do território. O artigo explora as dinâmicas em torno das políticas de memória, imagem, patrimônio e marketing urbano que atravessam o teleférico da Providência e os desdobramentos que o projeto de urbanização, ao aliar patrimonialização e remoção, preservação e destruição, trouxe no sentido de reacender

2 Acompanhei a obra de 2011 a 2014 enquanto educadora popular de um movimento social local e as entrevistas que expressam o momento foram coletadas do documentário Casas Marcadas (2012), que codirigi abordando as remoções na Providência, e dos relatórios do Fórum Comunitário do Porto (2011a, 2011b, 2013). Discursos públicos de agentes administrativos foram coletados de suas declarações à grande mídia, teses e artigos. Análises dessas políticas agregaram como fontes tanto diretrizes publicadas nos Planos Estratégicos da Cidade do Rio de Janeiro (PECRJ) e leis ordinárias quanto abarcam a compreensão sociopolítica de documentos como o Edital da Licitação e o Termo de Referência, e de litígios processuais que envolveram SMH, Defensoria (moradores) e empresas dos consórcios, além de relatórios de obras, disponíveis no Tribunal de Contas do Município (TCM-RJ).

disputas pelas narrativas, imaginários e regimes imagéticos acerca do Morro da Providência.

O acesso a fontes oficiais acerca desse projeto é em si uma questão política. Parte do trabalho da pesquisa envolveu retrair e compreender a genealogia e desenvolvimento desse plano de urbanização, cujo processo de constituição e decisão não teve transparência nem publicação oficial. De fato, moradores e apoiadores da sociedade civil articulados, em torno do Fórum Comunitário do Porto (FCP) se envolveram em uma verdadeira “guerra de dados” tanto para ter acesso ao projeto quanto para questionar suas metodologias. O projeto só se torna de conhecimento público por via judicial mediante o processo travado entre um grupo de moradores representados pela Defensoria Pública contra o Município³. Nesse contexto onde informações e desinformações circularam através de discursos e aparições públicas de representantes e funcionários de órgãos da administração municipal, rumores e distribuições de panfletos em visitas esporádicas à comunidade, e matérias divulgadas pela grande mídia, as imagens, projeções e promessas nessas reportagens adquirem um papel eminentemente político no sentido, não de dizerem ou não a verdade, mas de agirem para influenciar o jogo político em torno da obra. Assim, entendendo que a produção de imagens e representações de cidade são parte essencial constituinte da política urbana, as imagens aqui dispostas constituem parte da proposta metodológica que envolve a reflexão sobre as condições de possibilidade da produção de imagens e enquadramentos. Nessa pesquisa conjugam-se metodologias da etnografia dos documentos (Hull, 2012), etnografia das infraestruturas (Larkin, 2020) e antropologia dos urbanismos (Cavalcanti, 2023), trabalhando tanto com documentos como editais e relatórios, entrevistas de arquitetos, funcionários, políticos e moradores coletadas de fontes públicas diversas, assim como o trabalho de campo.

O artigo se subdivide em duas partes, primeiramente reconstituindo a genealogia do projeto de urbanização, percorrendo as dinâmicas de patrimonialização e turistificação da favela que se iniciam nos anos 2000 com o Museu a Céu Aberto da Providência, em diálogo com o plano de renovação portuária da época, e a proposta do início dos anos 2010 de construção do teleférico e de um centro histórico na Providência como parte de um circuito turístico da revitalização Porto Maravilha. Em seguida, partindo de um estudo etnográfico, colocaremos em perspectiva como moradores reescrevem narrativas e disputam a construção de sua própria memória e imagem em meio aos projetos de renovação.

³ Destaca-se a Ação Civil Pública, impetrada em 2012 contra as remoções arbitrárias, o Processo 0001542-97.2013.8.19.0000 e Processo 0003162-47.2013.8.19.0000 (TCM-RJ).

A PROVIDÊNCIA E A RENOVAÇÃO URBANA

No início de 2010, quando a Unidade de Polícia Pacificadora (UPP) estava sendo inaugurada na Providência, muitas promessas e projeções de futuro foram feitas para a comunidade. Segundo divulgado pela grande mídia, os dois teleféricos anunciados no pacote de obras da SMH seriam compostos por duas linhas que se encontrariam em uma mesma estação multimodal no Morro da Providência, onde uma linha faria a conexão entre a Cidade do Samba, na Gamboa, e a Central do Brasil, enquanto o segundo teleférico ligaria a Praça Mauá até a Leopoldina, na Avenida Francisco Bicalho, passando no trajeto por todos os morros portuários, Morro da Conceição, Morro do Livramento, Morro da Providência e Morro do Pinto. A segunda linha, que interligaria toda zona portuária, nunca foi executada, mas, mesmo não acontecendo, o plano é elucidativo de uma tendência e de um conceito de cidade da política urbana que estava sendo proposta para a região na época. A proposta nunca executada dos dois teleféricos permite compreender que a linha construída do Teleférico da Providência não deve ser entendida apenas no escopo local da urbanização da favela, mas como projeto que integra uma escala muito maior e um papel estratégico na “renovação” de imagens, usos, símbolos e valores que tornaria galpões em hotéis e favelas em bairros históricos na transformação da imagem do Rio Olímpico.

Figura 2. Trajeto do teleférico ligando a Leopoldina a Praça Mauá



Fonte: Após (2010).

Uma malha de teleféricos urbanos formaria um trajeto através da região portuária

conectando os principais sistemas de mobilidade da cidade. De um lado, a região da Leopoldina, que também esperava ser “revitalizada” e conta com a proximidade da rodoviária interestadual Novo Rio, estaria ligada à Central de transportes metropolitanos (metrôs, trens e ônibus). No outro lado, se conectaria com a região portuária “revitalizada”, voltada para fins de turismo, cultura e lazer da Praça Mauá como região de museus e festivais. Concretizando o plano antigo de instalar um grande museu no local, não só foram construídos o Museu do Amanhã, com design assinado pelo arquiteto espanhol Santiago Calatrava, e o Museu de Arte do Rio (MAR), como pretendia-se integrar uma estação de teleférico no topo do que seria o “novo museu da Prefeitura” ligando-a até o Morro da Conceição visando ampliar a experiência do museu (Furlaneto, 2009). Como ponto nodal desta rede estaria o Morro da Providência, com uma estação de integração de múltiplos sentidos. Assim, o plano de urbanização da Providência possui uma integração tão intrínseca com a renovação turística do Porto que se quis conectada inclusive fisicamente por linhas de teleféricos.

Durante o evento de inauguração da UPP, o ex-governador Sérgio Cabral disse: “Teremos uma pequena *Montmartre*. Vai almoçar onde? Vai tomar um drinque onde? O pressuposto para o sucesso do Porto era a segurança na Providência. Não tenho dúvidas que a combinação do projeto Porto Maravilha com a UPP será positivamente explosiva” (Goulart, 2010, p. 12). O projeto de urbanização da Providência se vinculou simbólica e materialmente a Operação Urbana Consorciada (OUC) de revitalização Porto Maravilha, instaurada em 2009 com a promessa de tornar a Zona Portuária um polo de lazer, turismo e cultura, fomentando a revalorização imobiliária de antigos galpões e terrenos dos bairros portuários centrais via parceria público – privada e incentivos fiscais a investidores.

A Providência não só teria um papel estratégico na renovação da Zona Portuária pela “pacificação” ser importante para a securitização da região portuária, que pretendia atrair turistas e investidores, mas também permitiria inserir a própria favela no escopo da operação de revitalização. No início do projeto, difundia-se que a Providência após urbanizada seria integrada à gestão do Porto Maravilha, cujas obras e operações foram geridas pelo consórcio PORTO NOVO, composto por Odebrecht, OAS e Carioca Engenharia, mesmo grupo responsável pelas obras de urbanização da favela e que, idealmente, assumiriam também a gestão do espaço público da favela como no Porto após sua transformação em “Bairro da Providência”. Assim, a Providência se tornaria “[...] a primeira favela carioca a ter sua conservação - incluindo iluminação pública, limpeza das ruas e manutenção do mobiliário urbano - bancada pela iniciativa privada» (Daflon, 2011, p.14). O fato não aconteceu, mas a proposta traduz o quanto o planejamento para a Providência envolvia, assim, uma proposta neoliberal para urbanização de favelas que marca a sua definitiva inserção na política urbana dos megaprojetos estratégicos.

Apesar do urbanismo olímpico ter seus elementos distintivos, a política urbana conduzida

pela municipalidade no Rio Olímpico deu continuidade às políticas das gestões anteriores de Cesar Maia e Luiz Paulo Conde, investindo em uma série de iniciativas de renovação das áreas centrais voltadas para empreendimentos de cultura, lazer e turismo como mobilizador da economia da cidade e na recepção de megaeventos internacionais. Desde os anos 1990, a política municipal tem adotado os planejamentos estratégicos, inspirados no “modelo Barcelona”, como fórmula de crescimento econômico para cidades turísticas globais.

O “modelo Barcelona” introduziu o chamado Planejamento Estratégico como modo de gestão urbana para áreas consideradas abandonadas, vazias, degradadas ou marginalizadas, fomentando projetos em parceria com empresas para estimular novas possibilidades financeiras e, assim, promover o marketing da cidade e impulsionar sua competitividade na disputa por mercados e investimentos globalmente (Arantes; Vainer; Maricato, 2000). Pautadas pela adoção do planejamento estratégico pelos governos, obras de “revitalização”, “regeneração”, “renovação” e “reabilitação” passam a receber investimentos com o objetivo de aumentar a atratividade dessas áreas, buscando fazer galpões portuários, terrenos vagos e antigas áreas industriais darem lugar a centros de negócios, condomínios, complexos esportivos, shoppings e hotéis e buscando canalizar para o setor privado os benefícios da recuperação do entorno de onde se constroem esses megaprojetos (Lungo, 2005; Nobre, 2019).

Assim, visando tornar as cidades mais atrativas e competitivas no mercado global diante das crises provocadas do neoliberalismo, os idealizadores do modelo propuseram que os governos trabalhassem para estabelecer uma imagem forte e positiva da cidade para o exterior, demonstrando que possui boas oportunidades de investimento, mas também na construção de símbolos agregadores a fim de fomentar uma crença comum no futuro da cidade através de obras visíveis de caráter monumental e simbólico (Castells; Borja, 1996, p. 160). Nesse sentido, a exaltação de símbolos que representariam a “autenticidade” da cultura local passa a ser elemento fundamental nas políticas de marketing urbano, estimulando o “patriotismo urbano” (Vainer, 2000).

Delgado (2017) discute como disputas no terreno da cultura são parte central do modelo Barcelona e que as reabilitações urbanas são sobretudo morais, exorcizando as classes indesejadas, vistas como sujas e infames, dos bairros centrais. Para o autor, selecionam-se certos elementos dos bairros para serem conservados não como símbolo do passado, mas para demarcar a passagem inexorável do tempo, pois essa preservação vem acompanhada da transformação radical do seu entorno, com demolições e apagamento de memórias e usos do bairro fora das narrativas oficiais. Patrimonialização e destruição, no entanto, não são contraditórios, mas sim complementares de um mesmo processo de produção do espaço, da paisagem e da narrativa sobre o território. O que é considerado patrimônio histórico-cultural, e o que não é, envolve um intrincado processo político de seleção e esquecimento de histórias, objetos e locais (Guimarães,

2016; Goyena, 2015).

No Rio de Janeiro, esse processo fica especialmente evidente quando olhamos para a política direcionada à Zona Portuária. Diversos conflitos em torno da política cultural no Porto emergiram com o início das obras de renovação urbana do Porto Maravilha ao serem redescobertas as ruínas do Cais do Valongo, hoje identificado como um dos maiores portos escravistas do mundo, e a mobilização pela criação do Circuito Histórico e Arqueológico de Celebração da Herança Africana pelo Decreto Municipal nº 34.803/2011 e a criação do Circuito Histórico e Arqueológico da Pequena África pela Lei Ordinária nº 8.105/2018, promovendo a seleção e construção dos símbolos atrelados a cultura negra no território portuário (Guimarães, 2014, 2016; Santos *et al.*, 2022).

A inserção do Circuito da Pequena África e apropriação da cultura negra pela Operação Porto Maravilha, que passa a difundir o discurso de valorização da herança africana como elemento instigador de seus objetivos turísticos de especulação imobiliária, vem sendo estudado por diversos pesquisadores (Vassalo, 2014; Guimarães, 2014; Albinati, 2017;). Esses autores vêm debatendo como a eleição e seleção de determinados espaços e memórias em detrimento da exclusão e esquecimento de outros passa por uma construção política que separa representantes e representações legítimas e ilegítimas segundo a conformação de uma imagem e narrativa que envolve muitas disputas e negociações. Apontam também que a falta de investimentos e apoio dos agentes da revitalização na manutenção desses espaços de memória negra refletem as contradições do lugar de subalternidade que a sociedade reserva à cultura negra apesar da iniciativa.

Enquanto alguma atenção vem sendo dada à Zona Portuária, a Providência ficou de fora do Circuito, sofrendo o estigma e o desafio de juntar favela e patrimônio, ainda sendo poucos os estudos que se debrucem sobre como a dinâmica entre cultura, marketing urbano e práticas de renovação se dão na favela. Freire Medeiros (2007) discute como a “cultura de favela” vem sendo agregada como *local color* nas políticas de marketing urbano, onde a favela atua no *branding* tornando-se o próprio símbolo de “favela” uma marca. No contexto em que a construção de uma narrativa sobre a cultura local através da exaltação de determinados símbolos, memórias e imagens é a principal matéria sobre a qual se gera valor e especulação para as renovações, a patrimonialização da paisagem e da cultura das favelas se tornam um grande elemento distintivo na forma como as favelas vem sendo inseridas em políticas de renovação urbana das últimas décadas. Nesse sentido, o plano para a Providência também vai surgir imerso em uma tensão entre a espetacularização de uma imagem de “favela” inserida nos circuitos turísticos e as políticas de remoção e operações policiais violentas que permeiam o cotidiano da população negra nas favelas.

PROVIDÊNCIA COMO PATRIMÔNIO CULTURAL

Como visto, o Teleférico da Providência visava inserir a favela como patrimônio histórico da cidade em um circuito histórico e cultural tanto dentro da comunidade quanto no circuito mais amplo ligado aos pontos turísticos e culturais do Porto. O Teleférico e o Plano Inclinado fariam parte de um circuito turístico com a criação de um Centro Histórico e Cultural que envolvia a seleção de pontos históricos e a recuperação de um conjunto de mirantes no interior da favela. Na ocasião do lançamento do Teleférico, um folheto informativo apresentava o circuito histórico-cultural dentro do morro intitulado “Providência Patrimônio Cultural” e sinalizava cinco pontos históricos no território: 1) Oratório Cristo Redentor; 2) Igreja da Penha; 3) o conjunto de mirantes; 4) Casa Dodo da Portela; e 5) Casa Amarela. Essa, no entanto, não seria a primeira iniciativa de turistificação do Morro.

Figura 3. Panfleto de lançamento do Teleférico



Fonte: Rio de Janeiro (2014 *apud* Bittencourt, 2014).

O processo de valorização histórica da Providência como Patrimônio Cultural se iniciou em 2003, quando a narrativa da “primeira favela” passa a ser ressaltada pela Prefeitura, governada na época por Cesar Maia, com a proposta de criação de um “Museu a Céu Aberto”

no Morro da Providência através do projeto Célula Urbana, atrelado ao programa Favela-Bairro 2 que já acontecia na comunidade (Medeiros, 2006; Freire; Medeiros; Cavalcanti, 2009; Menezes, 2009). A proposta do Morar Carioca retomou o percurso e os pontos turísticos elencados pelo projeto do Museu a Céu Aberto, que propunha um circuito que começava na antiga praça Américo Brum (destruída para a construção do teleférico), com a construção Casa-Museu Dodo da Portela, e selecionava a Igreja da Penha, a Caixa Dágua, o Reservatório e o Oratório do Cruzeiro como pontos turísticos, além de ter criado novos pontos com a construção de três mirantes, todos reformados e agregados as obras de urbanização mais recentes.

Diferente das intervenções usuais do Favela-Bairro de escala local, o Museu foi pensado para ter uma abrangência voltada para a visitação turística nacional e internacional. Propondo tornar a área um corredor histórico-cultural, o Museu foi proposto em correlação ao conjunto de obras elaboradas para transformar a região em polo cultural, fazendo conexão com a Vila Olímpica da Gamboa, a Cidade do Samba e o Museu Guggenheim, que se esperava erguer na Praça Mauá, no escopo do “Plano de Recuperação e Revitalização da Região Portuária do Rio de Janeiro”, iniciado em 2001 (Camargo, 2011). A arquiteta Lu Petersen, idealizadora do Museu a Céu Aberto, reafirma a relação intrínseca entre o projeto de valorização histórica da Providência e o planejamento estratégico da Prefeitura de renovação da Região Portuária. Em sua visão, a valorização de marcos históricos da cidade, como vinha sendo feito nas reestruturações do centro, com a criação da Cidade do Samba e a reabilitação da Estação Marítima da Gamboa para criar a Vila Olímpica, funcionariam como “indutores de desenvolvimento urbano”. No mesmo sentido, o Museu teria o papel de gerar o desenvolvimento e visava “[...] atrair empresários e promover visitas articuladas com a futura Cidade do Samba e o desenvolvimento de projetos sociais com focos no patrimônio da cidade, no desenvolvimento turístico da zona portuária” (Freire; Medeiros; Cavalcanti, 2009, p. 115).

Para demarcar o percurso, uma linha metálica foi feita no chão da favela traçando todo trajeto, mas raramente alguém sabe sua origem ou utilidade. Esse desconhecimento da comunidade quanto à iniciativa do Museu tem algumas explicações. Primeiramente, porque o sentido corrente de museu é atribuído a um local fechado de visitação a itens do passado. Segundo, porque a comunidade não foi envolvida no processo de decisão e concepção. A proposta do Museu a Céu Aberto perdeu força quando, em 2005, dez dias antes de ser inaugurado, já enfrentava os tiroteios das operações policiais que atingiram diversas das edificações históricas. Petersen diz que chegou a mandar uma carta ao Secretário de Segurança Pública dizendo que “[...] ali dentro tinha pontos de visitação pública, que não são apenas da favela, são elementos do patrimônio histórico da cidade e do povo do Rio de Janeiro” (Petersen, 2006 *apud* Freire; Medeiros; Cavalcanti, 2009, p. 127). Pouco tempo depois, o Exército entrou no morro com uma missão de treinamento de segurança para os Jogos Pan-Americanos e vandalizou espaços

museificados: “Transformou a cúpula da capela numa peneira, como o altar foi arrancado em busca de armas e drogas”⁴ e “ainda sobrou um tiro na fachada principal da Igreja de Nossa Senhora da Penha” (p. 128). Nos anos seguintes, tiroteios entre forças policiais, militares e traficantes permaneceu. Assim, até 2009, o Museu poderia ser considerado um projeto falido, esquecido como ponto turístico e patrimônio da cidade (Menezes, 2009), mas essa dinâmica de relações ganhou novas feições quando um novo plano de urbanização e pacificação da favela foi proposto ligado aos planos olímpicos para a revitalização da área central.

Apesar do turismo de favela ser um fenômeno em ascensão desde os anos 1990, com a emergência das empresas que oferecem “favela tour”, o caso da Providência é emblemático por ser a primeira iniciativa de valorização da favela como patrimônio pensada e desenvolvida pelo Poder Público (Medeiros, 2006, 2007; Menezes, 2009).

Foi a partir da aposta na capacidade do lugar de disponibilizar ao mesmo tempo o generalizável (a Providência como “genérico de origem” das demais favelas cariocas) e a diferença (apreensível no contraste visual que a favela estabelece com o asfalto) que surgiu no início dos anos 2000 a ideia da Prefeitura do Rio de Janeiro de converter a Providência em um museu e em uma atração turística da cidade (Menezes, 2009, p. 12).

O plano de urbanização proposto pelo Morar Carioca na Providência guarda semelhanças e diferenças em relação a proposta de Museu a Céu Aberto do Favela-Bairro. Medeiros (2006, 2007) e Menezes (2009) apontam ao estudar o Museu para esse processo de seleção de elementos destacados como relevantes para direcionar o olhar do turista contrapõe-se com o processo de relegar construções vistas como não-relevantes à degradação e destruição. Se em geral o Favela-Bairro não previa desapropriações, a inserção do projeto do Museu nele tornou a urbanização no local uma experiência de traços singulares, que modificou o projeto para focar na construção de áreas turísticas ao custo de remoções de casas para abrir espaço para vistas para a Baía de Guanabara ou com o intuito de “desadensar” e “respirar”, esvaziar a área para circular ar (Menezes, 2009). Essa lógica foi seguida pela arquiteta Fernanda Salles que atuou em ambos os projetos, defendendo que o Morar Carioca previa áreas que se queria “respirar” para fins urbanísticos (ABLA, 2011). Para Salles, a principal diferença entre os projetos era que o Morar Carioca interviria diretamente na questão habitacional, prevendo a retirada de moradias que considera “inabitáveis” e insalubres (ABLA, 2011, p. 114) e a transferência de moradores para projetos do Minha Casa Minha Vida.

Como parte da proposta do Morar Carioca, propunha-se a construção de um Centro Histórico na região do Largo do Cruzeiro, onde se encontra o Oratório do Cruzeiro, ponto que

⁴ Ibid.

conforma parte do circuito proposto junto ao caminho que vem desde a Estação de Teleférico Américo Brum, passaria pelo Plano Inclinado até a Igreja da Penha, o antigo Reservatório de Água e chegaria neste que é o ponto mais alto da favela. Nesse plano, as casas em volta do Oratório foram todas marcadas para demolição, conservando apenas as construções consideradas de interesse histórico (figura 4).

Figura 4. Modelo 3D de Centro Histórico no Cruzeiro baseado em casas de Paraty



Fonte: SMH (2011 *apud* FCP, 2011b, p. 19).

No lugar das moradias, edificações comerciais com arquitetura de estilo colonial fabricariam um cenário histórico genérico. Como denunciado pelo relatório do Fórum Comunitário do Porto (2011b, p. 19), sob a pretensão de “resgatar a ambiência do início da ocupação do morro”, fotos da cidade de Paraty foram incluídas na licitação da obra como referência, fazendo do projeto uma pastiche que replica uma arquitetura colonial para montar um cenário turístico. Montagens de simulações 3D idealizavam assim representações tanto de um espaço quanto de uma cultura genéricas e estereotipadas do que o turista desejaría ver ao visitar.

Ao propor construções que nunca existiram no passado histórico do Morro, simulava uma “originalidade” inexistente, que retiraria as pessoas e casas que de fato constituem a história e a cultura do lugar para as substituir por lugares genéricos para consumo de um circuito

internacional de turismo. A construção de uma paisagem consumível se daria assim através da representação e espetacularização de aspectos seletivos da cultura e história locais, preservando uns e apagando outros.

Medeiros (2006) já apontava para as possíveis contradições em tornar as favelas patrimônios no início dos anos 2000. Para ela, ao mesmo tempo em que iniciativas de museus a céu aberto, ecomuseus e museus vivos adotam formas híbridas que desestabilizam formas convencionais de museu e dicotomias estanques entre passado X presente, público X privado, os museus de favela poderiam correr o risco de reproduzir lógicas coloniais e exotizantes, como nas exposições no século XIX onde nativos eram trazidos para performar a “primitividade” que o expectador europeu esperava ver. Lógicas reproduzidas tanto pela ideia de expor barracos, proposta pelo Museu a Céu Aberto, quanto de demoli-los, proposta pelo Centro Histórico do Morar Carioca.

FABRICAÇÃO DA PAISAGEM E POLÍTICAS DA IMAGEM

O projeto do Museu abriu espaço para construir três mirantes com vistas panorâmicas que foram reformulados e renovados pelo projeto Morar Carioca em 2009, formando um mirante na Estação Américo Brum, voltado para a Cidade do Samba e Zona Portuária, um com vista para o Cristo Redentor e região central (Sambódromo, Estácio, Cidade Nova), e outro voltado para o Porto, Vila Olímpica e Baía de Guanabara. Os mirantes são planejados pensando na vista que o turista terá da cidade, as imagens que serão feitas daquele ponto de vista e que circularão em websites, aplicativos, filmagens e panfletos de viagem como novos símbolos da cidade. A fabricação de cenários e trajetos planejados para o “olhar do turista” (Urry, 1990) na favela disputavam os sentidos das narrativas e memórias do morro, mas também da paisagem. Os mirantes em torno do morro têm um papel especial nesse processo de construção social da paisagem ao inaugurar novas imagens possíveis, novos pontos de visibilidade, campos de visão, horizontes, retratos e cartões-postais (Medeiros, 2007; Menezes, 2009).

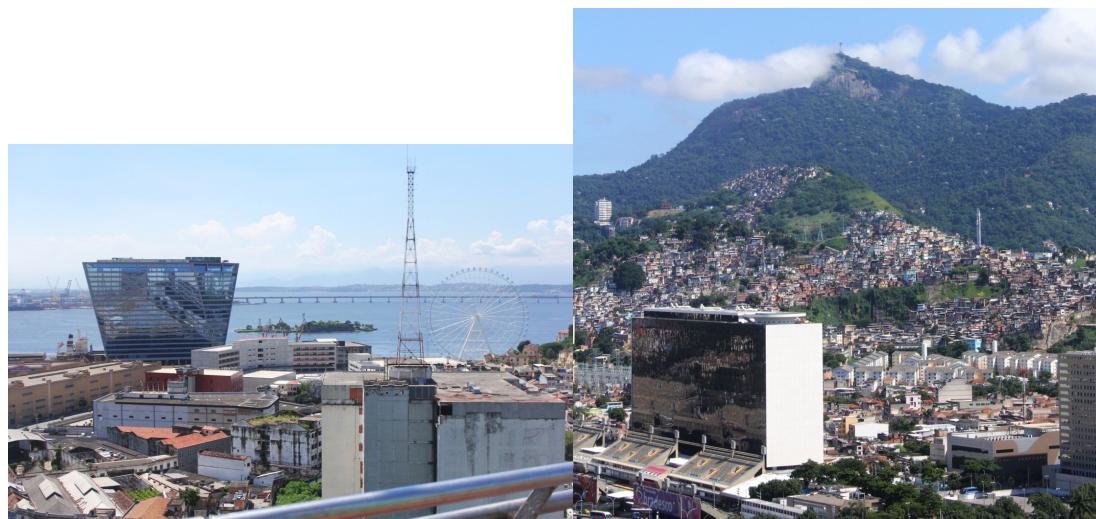
Compreender o papel de um mirante turístico envolve, assim, pensar a construção de um enquadramento do olhar dentro dessa circulação de imagens do turismo, que com isso produzem símbolos, representações, valores e narrativas sobre o lugar e sobre a cidade como um todo. Os mirantes atuam, assim, nas políticas de imagem, de paisagem, do que é visível e suas (in)visibilidades. Participam de uma mesma lógica do olhar que junto das mega-construções estabelecem uma escala monumental da visibilidade, dos grandes ângulos abertos e feitos para atrair o olhar de longe. Construções e paisagens monumentais produzem, assim, a cidade como

cenário espetacularizado para consumo estético e contemplativo.

Esses mirantes turísticos, ao invés de olharem para dentro da favela, são voltados para fora dela, ligados ao turismo de laje que tem como prática levar estrangeiros para consumir vistas específicas da cidade. Construídos como decks de madeira com grades, os mirantes foram pensados originalmente como “[...] varandas que valorizam a belíssima vista que circunda o morro. Uma arquitetura impossível de ser criada pelos homens!” (Petersen, 2006 *apud* Freire; Medeiros; Cavalcanti, 2009, p. 115). Do alto do morro, o mirante nos convida a olhar para fora e de longe para a cidade lá embaixo. O mirante estabelece um jogo de visibilidades, oferece o campo de visão voltado para vistas panorâmicas para onde as câmeras dos visitantes vão se voltar. A venda da paisagem como bem cultural de consumo turístico é possível justamente através de um processo de “naturalização” da paisagem onde a visibilidade monumental atua na invisibilização do regime que produz essa imagem e ordena a cidade.

Enquanto os mirantes da Providência são voltados para grandes símbolos e obras suntuosas que marcam a paisagem carioca, o teleférico insere o próprio morro nessa paisagem. Para Cavalcanti (2013) os “monumentos” construídos nas áreas de favelas durante o urbanismo olímpico, como o Teleférico do Complexo do Alemão (Cavalcanti; Campos, 2022), o Teleférico da Providência e o Elevador do Cantagalo, produzem um regime ambíguo de (in)visibilidade destas favelas onde estas são enfatizadas como cenários e paisagens, gerando novos cartões-postais quando até então eram sistematicamente ocultadas. Nesse sentido, assim como os mirantes, o teleférico produz novas paisagens-símbolo do “Rio de Janeiro”, mas introduz também novos regimes visuais, novos pontos de visibilidade possíveis.

Figura 5. Mirantes na Providência geram novas paisagens consumíveis com vista para símbolos e pontos turísticos da cidade



Fonte: Autora (2020).

A visão de fora que os turistas têm da favela, do ponto de vista do teleférico se torna paisagem que desliza cinematograficamente por detrás dos vidros panorâmicos das cabines. O turismo à cabos proporciona uma experiência asséptica da favela, “protegida”, longe de barulhos, cheiros, interações com o ambiente e com as pessoas. Pensando os teleféricos como “tecnologia de visão” (Name; Freire Medeiros, 2017; Freire Medeiros *et al.*, 2020), a visão das cabines proporciona uma perspectiva de longa distância marcada por grandes ângulos abertos, onde a favela se insere no cenário que compõe paisagens monumentais. A favela vista de fora e de longe, agora é vista de cima. Para Medeiros *et al.* (2020) as visibilidades que as infraestruturas dos teleféricos produzem só conseguem ver a favela na escala dos planejamentos, mapeamentos e estratégias militares.

[...] fios, cabos e cabines dos teleféricos instalados em áreas íngremes e pauperizadas de cidades da América Latina atraem novos olhares e proporcionam novos pontos de vista produtores de novas paisagens e imagens da favela. No entanto, em sendo não só dispositivos de mobilidade mas também tecnologias da visão, eles as convertem em espetáculos que devem ser vistos de cima, de longe e de uma só vez: de dentro da cabine, o olhar está sob uma nova perspectiva, com profundidade e do alto, a perder de vista; o olhar de quem está mais longe, fora da cabine, vê estas favelas enquadradas num horizonte de montanhas densamente ocupadas, mas redesenhado pelas cabines suspensas e em movimento (Name; Medeiros, 2017, p. 276).

Diferente do Complexo do Alemão, o Teleférico da Providência não sobrevoa várias favelas, mas, possuindo conformação estrutural, trajeto e conceitos próprios, essa pequena linha sobe e desce apenas o Morro da Providência, cuja inclinação cria uma experiência visual extremamente voltada para as paisagens panorâmicas dos ícones do Centro e da Zona Portuária que rodeiam o morro. Assim, desde o começo esteve profundamente ligado à construção de uma imagem específica de representação o “Rio”. Reforçando sua concepção atrelada ao turismo e à revitalização, o Teleférico está envolvido na criação de novas linhas de horizonte, novas perspectivas e paisagens que possam ser exploradas pelo marketing urbano.

REVENTANDO RUÍNAS, REESCREVENDO HISTÓRIAS

Figura 6. Graffiti nos pilares da estação de teleférico



Fonte: Autora (2023).

Com o fim do programa de urbanização, diversas pilhas de escombros e obras inacabadas foram deixadas na comunidade. As marcas da SMH nas casas que haviam permanecido de pé, aos poucos foram sendo pintadas ou encobertas pela continuidade da vida entre arbustos de plantas e varais de roupa. No Largo do Cruzeiro, as casas receberam pintura de um projeto local chamado Impacto das Cores, onde as crianças espalharam seus nomes e desenhos de animais e plantas pelas principais vielas. O papel que aquelas tintas cumprem ali é bastante profundo. A pintura tirava as casas de uma narrativa imposta e uma memória de violação encobrindo as marcações da SMH com camadas de cores, mensagens e representações de seus moradores. As pinturas têm, então, ações múltiplas. Simbolizam o morador na materialidade, encarnando com vida o que foi visto como simples alvenaria demovível, ao mesmo tempo que realçam a autoestima da comunidade, auxiliando quem muitas vezes não tem recursos para aplicar reboco e pintura na parede, e assim também modificam a paisagem da favela. As pinturas transmutam uma narrativa de supressão de direitos em uma narrativa de reafirmação da vida.

Na Estação de Teleférico Américo Brum, um gigantesco painel estampa os pilares do transporte, representando a presença da cultura e ancestralidade negra, transgredindo um apagamento monumental operado pela infraestrutura que, ao integrar um projeto de especulação imobiliária na região, almejava participava do movimento embranquecimento do território portuário. Diante do abandono que perdurou por sete anos, o graffiti aparece como agente de transformação urbana que modifica o sentido das ruínas e insere ou reinsere locais e construções

em regimes de símbolos e valores.

Mesmo com o funcionamento questionável do Teleférico e com a falência do antigo projeto do “Museu”, a Estação Américo Brum é hoje um ponto turístico consolidado de visitação da Providência. O principal atrativo da Estação é o mirante com vista para o Porto e o Bar da Jura, que serve bebidas e refeições no local, mas que dependem do fluxo de visitantes e turistas, sendo a estabilidade no território fundamental para que atividades ligadas ao turismo, lazer e cultura ocorram. O Bar da Jura se tornou um ponto de parada para os circuitos de visitação guiada que existem no morro promovidos por empreendedores e ativistas locais. A dona do bar se soma a uma parcela de moradores que defendem o funcionamento do Teleférico, visto como possibilidade de fonte de renda para os moradores atuando na economia do turismo, cultura, lazer, gastronomia e serviços.

“Aqui é um ponto turístico!”, diz Jura ao denunciar a paralisação do teleférico em uma entrevista de 2014. Para muitos, apesar de ter sido introduzido de modo autoritário às custas da violação de direitos, o abandono do teleférico representa mais um descaso por escancarar a inutilidade do sofrimento causado contra aqueles que tiveram suas casas demolidas para nada e a falta de compromisso do Poder Público em manter projetos na favela. Se em algum momento o projeto de tornar a Providência um ponto de visitação turística possa ter surgido de fora, idealizando uma integração neoliberal da favela que atrela sua narrativa a um circuito de consumo elitista, hoje muitas vezes são os próprios moradores que lutam pelo reconhecimento como ponto turístico e valorização histórica em seus próprios termos.

De fato, empreendedores, coletivos e lideranças fazem visitas guiadas com certa frequência a comunidade que, apesar da derrocada da UPP, mantém atrativos históricos para pessoas de fora. É o caso do Rolé dos Favelados, tour pelo Morro da Providência criado pelo morador e ativista Cosme Felippsen, que usualmente envolve um almoço no Bar da Jura, passando por pontos como a Igreja Nossa Senhora da Penha, os mirantes da comunidade e o Oratório do Cruzeiro, mas também por outras rotas reelaboradas por ele, como o Terreiro *Ilé Àsé Omi FunFun*, considerado o terreiro de candomblé ativo mais antigo da região, e a casa onde morou Machado de Assis, na Ladeira do Livramento. Diferente de outros *favela tours* oferecidos em geral nas favelas da orla da Zona Sul para estrangeiros, o Rolé nasce “de dentro para fora” e traça seus próprios roteiros e narrativas sobre o local.

Trazer as pessoas para a favela é trazê-las para conhecer o que nós temos para apresentar, que não é só tiroteio e violência. A Favela produz cultura e resistência. Fazer turismo na favela com cuidado e sensibilidade é trazer a memória desse espaço e movimentar economicamente esse território (Cosme Felippsen em Touguinhó, 2023).

Para ele, o Rolé dos Favelados é então uma “desobediência ao turismo”. Selecionando pontos não usuais da cultura local, outras histórias são narradas, não só de uma Providência do

passado, mas uma Providência do futuro, imersa na política e lutando por seus direitos. As lutas contra as remoções também são rememoradas nesses circuitos de agentes locais, incorporando visões críticas à forma como o Estado trata o favelado. Enquanto os mirantes realizam esse enquadramento nas paisagens portuárias, moradores constroem outras perspectivas e narrativas para esses espaços que problematizam a produção da cidade. Deslocam a posição de consumo de paisagens do Porto Maravilha por uma visão dos entrelaçamentos profundos entre Providência e Porto enquanto territórios ancestrais da cultura negra. Assim, se o Teleférico fez parte de um projeto que, ao promover a especulação para classes abastadas promoveria também um embranquecimento do território portuário, a Estação Américo Brum como ponto turístico-cultural vem sendo reivindicada por movimentos de reafirmação da negritude de ontem e viva hoje. Ocupando a estrutura, rodas de samba, encontros, festas, atividades culturais e circuitos turísticos reterritorializam esse espaço e encarnam com nova vida o que poderia ser dado como morto, incorporando à infraestrutura novos significados e práticas.

De morro que é Museu à favela que é Galeria

Petersen concebeu o Museu a Céu Aberto da Providência como antítese arquitetônica do Museu Guggenheim, que prometia construir um museu de design submerso onde hoje é o Museu do Amanhã. Traçando uma diagonal, o próprio morro seria o prédio do Museu, conectado por circuitos turísticos a espaços culturais do Porto. Apesar do Guggenheim nunca ter sido construído, a proposta de concentrar na Praça Mauá um pólo de museus foi concretizada, com a instalação do Museu de Arte do Rio e do Museu do Amanhã no local. Essa profusão de museus não é mera coincidência, uma vez que Delgado (2007) apontou que é justamente através da cultura e dos museus que se praticam a “higienização” e expurgo dos elementos indesejados dos bairros a serem renovados.

O movimento de patrimonialização estimulado pela intervenção da Prefeitura desencadeou diversos movimentos com impacto de longo prazo, operou a seleção entre quais elementos da Providência seriam preservados e quais seriam destruídos, estabelecendo assim a definição de narrativas sobre a história, símbolos e imagens da favela. Como resultado dessas dinâmicas, desde o Morar Carioca, diversos movimentos culturais, artísticos, educacionais e turísticos que atuam sobre a memória e a imagem da Providência surgiram no território.

Coletivos locais, como o Rolé dos Favelados e o Galeria Providência, surgidos em 2016 e 2017 respectivamente, disputam as narrativas sobre a favela e reivindicam a retomada da história do Morro pelos próprios moradores. A ideia de pensar o morro como um Museu a Céu Aberto, antes proposta de cima para baixo, é atualmente reformulada pelo Galeria Providência, iniciativa do morador e pesquisador Dr. Hugo Oliveira, que busca construí-lo “de dentro” com apoio de parceiros locais e atuando com projetos de arte, cultura e educação na favela. Pensando

nessas dinâmicas de poder, o coletivo Galeria Providência reinventa processos patrimoniais priorizando a memória do morador. Segundo seu idealizador, a própria escolha pela ideia de Galeria é uma estratégia para ser antítese do Museu, se este havia sido construído de fora para dentro, os moradores ergueriam galerias de arte, múltiplas e em constante transformação, de dentro da favela para fora, inclusive invadindo eventualmente os espaços museais formais, como vem acontecendo a partir do estreitamento das relações do Museu de Arte do Rio com seus vizinhos do entorno.

Assim, grupos de turismo e coletivos de cultura locais promovem outras narrativas, outros trajetos e outras imagens do Morro, sendo atores políticos na disputa pela forma como a história da Providência é narrada, como ela é vista, que símbolos são atribuídos a ela. Um desses questionamentos refere-se à própria história de origem da favela que vem sendo fixada nas narrativas oficiais e, atrelado a isso, à luta que agentes como o Galeria Providência vem travando pelo reconhecimento da favela da Providência como território negro que deveria ser reconhecido no Circuito de Herança Africana da Pequena África (Oliveira, 2022). A data oficial na qual se celebra o aniversário da Providência retoma novembro de 1897, quando soldados vindos da Batalha de Canudos, enviados à Bahia para reprimir a comunidade de Antônio Conselheiro, teriam voltado e recebido autorização para se instalarem no morro a medida que não teriam sido pagos conforme prometido. A despeito do mito de origem ligado aos soldados de Canudos, diversas pesquisas levantaram prováveis ocupações anteriores e, portanto, diferentes gêneses do Morro da Providência (Chalhoub, 1996; Valladares, 2000; Oliveira, 2022). A principal teoria de uma ocupação significativa da classe popular nas encostas do Morro da Providência está ligada diretamente à política higienista de destruição dos cortiços da área central, tendo como marca a demolição do Cabeça-de-Porco em 1893, cujos despejados teriam subido o morro e sido autorizados a erguer suas casas com os escombros. A ocupação do Morro da Providência se adensou ainda mais durante a Reforma Passos (1903-1906) com o alastramento da política de demolição em massa dos cortiços da região central e com o planejamento da cidade para a expansão industrial do Porto.

Como já discutido pela bibliografia, a exploração da história de Canudos opera um papel importante na produção de narrativas sobre a origem das favelas ao estruturar o mito da ruralidade urbana (Leeds; Leeds, 1970; Valladares, 2000). Porém, quando o processo de patrimonialização estabelece como marco fundacional a chegada dos soldados de Canudos em 1897, a narrativa reconhecida oficialmente pelo Estado sobre a favela da Providência passa a ser centrada exclusivamente nos soldados republicanos. Ao dar mais ênfase aos símbolos supostamente atribuídos a Canudos, invisibiliza a ocupação anterior pela população negra, marginalizada pelo regime escravocrata, mão-de-obra das atividades portuárias e principal afetada pelo processo de remoção desencadeador do incremento da ocupação do morro durante

as reformas sanitárias do fim do século XIX e início do século XX.

Ao mesmo tempo, a narrativa de Canudos é, entretanto, reapropriada de diversas formas por distintos atores e se mistura com percepções sociopolíticas da favela. Se por um lado Canudos entra nas narrativas oficializadas pela Prefeitura operando uma certa folclorização do nascimento da favela, também vai entrar nas narrativas, imaginações e simbologias de moradores, ativistas e coletivos locais, onde a celebração do 15 de novembro como data simbólica de fundação da Providência é uma crítica à República e que narra um processo que ecoa as vozes de novos e velhos excluídos de sempre. O deslocamento do origem mito de origem da favela da Providência lança desafios para o próprio conceito de favela em si, uma vez que reconecta seu surgimento diretamente a história da população trabalhadora e negra da região, desestabilizando mitos clássicos sobre as favelas como fora da legalidade e da urbanidade.

O Galeria Providência atua então como uma “estratégia de visibilidade” promovendo ações de cultura e educação no território “[...] com o propósito de disputar espaços e reposicionar o morro no mapa da cidade a fim de reconstruir sentimentos de pertencimento, consciência e valorização de que os conhecimentos que foram e são produzidos aqui caracterizam as marcas de uma ancestralidade preta” (Oliveira, 2022, p. 197). Atuando com arte urbana, como graffiti e colagens, dança, cinema e educação, esse e outros coletivos do território vêm mobilizando novos usos para espaços arruinados pela urbanização, como é o caso também da reforma recente de um vazio deixado pela demolição da Américo Brum que foi transformado em pista de skate e tela de cinema.

Longe de estarem passivos ou desinformados frente às dinâmicas do turismo mercadológico, esses grupos buscam se posicionar nessa teia política pautando outros turismos, outras histórias e outras imagens. Como um contrafeito de si mesmo, ao invés de produzir o apagamento ao buscar tornar a Providência o exemplo de “ex-favela” e remover os autores de sua história para representá-la em cenários vazios, a intervenção teve como impacto não planejado a exacerbação da autoconsciência e valorização das memórias dos excluídos das narrativas oficiais. Os movimentos atuais não renegam as iniciativas públicas passadas, mas reconstruem, literalmente de suas ruínas, novas perspectivas, projetos e narrativas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A falência do projeto de urbanização da Providência e abandono do teleférico por anos não significam que a política não tenha trazido impactos e desdobramentos de longo prazo no território. Mesmo com a interrupção por um longo tempo do projeto e o funcionamento

intermitente da linha de teleférico, o espaço ocupado pela Estação Américo Brum é um espaço consolidado, frequentado pelos circuitos de visitação turística, eventos culturais e sociabilizações cotidianas. O teleférico é, assim, reinscrito sob outras lógicas e incorporado a novas narrativas nos circuitos de visitação.

O teleférico voltou recentemente aos interesses da administração municipal ao receber uma grande obra de reforma e ser posto novamente em circulação em 2024 pelo Prefeito Eduardo Paes, que retorna ao cargo com a estratégia de continuar tentando alavancar a especulação imobiliária no Porto e a atração de grandes shows, eventos e reuniões internacionais, como o encontro do G20 e dos BRICS no Rio. Com o funcionamento do transporte, mesmo que possivelmente temporário, a população começa aos poucos a traçar relações, rotas e usos possíveis.

Nas rotas de turismo e cultura, a integração da infraestrutura é feita de forma dúbia. Mesmo com a vontade de agregá-lo aos circuitos, seu planejamento, voltado para um passeio por cima e de longe, não favorece a passagem por pontos de interesse do território, que muitas vezes precisam ser acessados a pé, nos dois lados do morro. Dentro da Estação Américo Brum, um pilar pintado pela reforma traz uma arte em graffiti representando símbolos da história do morro como Machado de Assis e Dodô da Portela, dando indícios de que seus laços com a política do patrimônio e da memória da Providência está longe de acabar.

Assim como os projetos anteriores, que carregaram a esperança de que arrefeceria a violência no local, o turismo na Providência enfrenta ainda hoje o problema das dinâmicas dos conflitos entre forças policiais e facções em seu território. Apesar das iniciativas de turismo local, ao buscarem se reapropriar da narrativa sobre a favela, estarem promovendo também movimentos por reconhecimento e direitos, a alcunha de patrimônio histórico da comunidade dificilmente tem se traduzido em direitos para seus moradores, assim como a valorização da cultura de favela na mídia não tem significado a valorização da vida dos moradores de favela.

Seja porque participa de um movimento de seleção e apagamento de memórias dentro da conformação de um discurso sobre a história da Providência, seja porque diretamente envolveu a remoção dos que compuseram essa história, ou porque participa ainda hoje dos circuitos de memória, de muitas formas o Teleférico evidencia a tensão entre a política de visibilidade da favela como ponto turístico e de sua valorização histórica, com os regimes de destruição, precarização infraestrutural e produção de riscos à vida do morador de favela.

Nesse trabalho, acompanhando a trajetória da infraestrutura do teleférico do Morro da Providência, busquei reconstituir a genealogia da política urbana que tornou possível esse projeto, compreendendo assim como a intervenção disputava símbolos, memórias, narrativas e imagens da favela dentro de um planejamento de marketing do Rio Olímpico. Desenvolvi nesse artigo como o equipamento passa de um projeto associado a políticas de apagamento, remoção

e embranquecimento, a ser repautado como espaço de memória, pertencimento e resistência da cultura negra, enredado em dinâmicas políticas em disputa no presente. Através das linhas do Teleférico, circulam, assim, diversas expectativas e conflitos em torno de políticas de paisagem, patrimônio, memória e imagem da cidade.

REFERÊNCIAS

1. ABLA, Marcela Marques. **Habitação, favela e futuro:** melhorias habitacionais nas favelas após a metodologia de urbanização. O caso Santa Marta. 2011. Dissertação (Mestrado em Laboratorio de la Vivienda Colectiva Sostenible del Siglo XXI). Universitat Politécnica de Catalunya, Barcelona, 2011.
2. AMERICANOS propõem teleférico na Providência. **O Globo**, Rio de Janeiro, 22 out. 2009, Caderno Rio, p. 19.
3. ALBINATI, Mariana. Cultura e planejamento urbano na Zona Portuária carioca. **E-metropolis** Rio de Janeiro, ano 8, n. 29, p. 23-31, 2017. Disponível em: <http://emetropolis.net/artigo/218?name=cultura-e->. Acesso em: 18 maio 2025.
4. ALMEIDA, Rafael Gonçalves de. A emergência da favela como objeto da prática médica. **Terra Brasilis**, [s. l.], v. 8, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.4000/terrabrasilis.2082>. Acesso em: 18 maio 2025.
5. ARANTES, Otília; VAINER, Carlos Bernardo; MARICATO, Ermínia. **A cidade do pensamento único:** desmanchando consensos. Petrópolis: Vozes, 2000.
6. APÓS a força, as obras: Morro da Providência será reurbanizado e ganhará dois teleféricos e plano inclinado. **O Globo**, Rio de Janeiro, 29 mar. 2010, p. 12.
7. BITTENCOURT, Yolle. **Informação e Participação Social No Turismo Sustentável: O Caso Da Zona Portuária Da Cidade Do Rio De Janeiro.** 2014. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.
8. BORGES, Waleska. Teleférico do Morro da Providência passa pelo primeiro teste. **O Globo**, Rio de Janeiro, 21 dez. 2012. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/teleferico-do-morro-da-providencia-passa-pelo-primeiro-teste-7115734>. Acesso em: 18 maio 2025.
9. CASTELLS, Manuel; BORJA, Jordi. A cidade como atores políticos. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, n. 45, p. 152-166, 1996.
10. CAMARGO, Paula. **AS CIDADES, A CIDADE:** Política, Arquitetura e Cultura na Cidade do Rio de Janeiro. 2011. Dissertação (Mestrado em História Política e Bens Culturais) – Programa de Pós- graduação em História, Política e Bens Culturais, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2011.

11. CAVALCANTI, Mariana. À espera, em ruínas: Urbanismo, estética e política no Rio de Janeiro da ‘PACificação’. **Dilemas - Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 2, p. 191-228, 2013. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/dilemas/article/view/7424>. Acesso em: 18 maio 2025.
12. CAVALCANTI, Mariana; CAMPOS, Marcos. A fantástica obra da paz: o Teleférico do Alemão e a produção de infraestrutura urbana no Rio de Janeiro. **Revista DADOS**, Rio de Janeiro, v. 65, n. 2, e20200212, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/dados.2022.65.2.259>. Acesso em: 18 maio 2025.
13. CAVALCANTI, Mariana. Ainda construção e já ruína: Para uma antropologia dos urbanismos globais. **Dilemas - Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 3, e 61355, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.4322/dilemas.v16.n3.61355>. Acesso em: 22 jun. 2025.
14. CHALHOUB, Sidney. **Cidade Febril**: cortiços e epidemias na corte imperial. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
15. CHEQUETTI, Ana Clara. Ruínas **Olímpicas e a destruição infraestrutural como modo de produção da cidade**: uma etnografia da vida social do Teleférico da Providência. Tese (Doutorado em Sociologia) – Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2024.
16. COMITE POPULAR DA COPA. **Dossiê Megaeventos e Direitos Humanos no Rio de Janeiro**, 2015.
17. DAFLON, Rogério. Morro da Providência será reurbanizado e ganhará dois teleféricos e plano inclinado. **O Globo**, Rio de Janeiro, 28 mar. 2010. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/morro-da-providencia-sera-reurbanizado-ganhara-dois-telefericos-plano-inclinado-3032742>. Acesso em: 22 jun. 2025.
18. DAFLON, Rogério. Cidade do Rio ganha 44 ex-favelas. **O Globo**, Rio de Janeiro, 29 maio 2011. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/cidade-do-rio-ganha-44-ex-favelas-2764079>. Acesso em: 18 maio 2025.
19. DELGADO, Manuel. **La Ciudad Mentirosa**. Fraude y miseria del ‘modelo Barcelona’. Barcelona: Catarata, 2017.
20. FORUM COMUNITÁRIO DO PORTO. **Relatório de Violação de Direitos e Reivindicações**. Rio de Janeiro: FCP, 2011a.
21. FORUM COMUNITÁRIO DO PORTO. **Situações ameaçadas de remoção na Providência identificadas e mapeadas pelo FCP**. Rio de Janeiro: FCP, 2011b.
22. FORUM COMUNITÁRIO DO PORTO. **Relatório Fotográfico do Morro da Providência** - visita realizada nos dias 24 e 26 de fevereiro de 2013 pela comissão de moradores da providência e por membros do fórum comunitário do porto. Rio de Janeiro: FCP 2013.
23. FURLANETO, Audrey. Teleférico deve ligar morro a novo museu de arte no Rio. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 1 jun. 2010. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/744010-teleferico-deve-ligar-morro-a-novo-museu-de-arte-no-rio.shtml>. Acesso em: 18 maio 2025.

24. FREIRE, Américo, MEDEIROS, Bianca Freire; CAVACANTI, Mariana. **Lu Petersen: militância, favela e urbanismo.** Rio de Janeiro: FGV, 2009.
25. GOULART, Gustavo. Ao inaugurar na Providência a sétima UPP, Cabral anuncia ocupação amanhã do Borel. **O Globo**, Rio de Janeiro, 27 abr. 2010, p. 12.
26. GOYENA, Alberto. **A demolição em sete obras:** patrimônio, arquitetura e esquecimento. 2015. Tese (Doutorado em Sociologia e Antropologia) – Programa de Pós-graduação em Sociologia e Antropologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.
27. GUIMARÃES, Roberta Sampaio. **A utopia da Pequena África:** projetos urbanísticos, patrimônios e conflitos na Zona Portuária carioca. Rio de Janeiro: FGV, 2014.
28. GUIMARÃES, Roberta Sampaio. O patrimônio cultural na gestão dos espaços do Rio de Janeiro. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 29, n. 57, p. 149-168, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-21862016000100009>. Acesso em: 18 maio 2025.
29. HULL, Mathew. Documents and bureaucracy. **Annual Review of Anthropology**, [s. l.], v. 41, p. 251-267, 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.1146/annurev.anthro.012809.104953>. Acesso em: 23 jun. 2023.
30. JAGUARIBE, Beatriz. Imaginando a “cidade maravilhosa”: modernidade, espetáculo e espaços urbanos. **FAMECOS**, Porto Alegre, v. 18, n. 2, p. 327-347, 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.15448/1980-3729.2011.2.9054>. Acesso em: 18 maio 2025.
31. LARKIN, Brian. Políticas e Poéticas da Infraestrutura. **Revista Anthropológicas**. Recife, ano 24, v. 31, n. 2, p. 28-60, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.51359/2525-5223.2020.249895>. Acesso em: 23 jun. 2023.
32. LEEDS, Anthony; LEEDS, Elizabeth. O Brasil e o mito da ruralidade urbana: experiência urbana, trabalho e valores nas “áreas invadidas” do Rio de Janeiro e de Lima. In: LEEDS; LEEDS; **A sociologia do Brasil urbano**. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1978. p. 86-143
33. LUNGO, Mario. Grandes Proyectos Urbanos. Una vision general. **Urbana**, Caracas, v. 10, n. 37, p. 15-43, 2005.
34. MEDEIROS, Bianca Freire. Favela como patrimônio da cidade? Reflexões e polêmicas acerca de dois museus. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 38, p. 49-66, 2006.
35. MEDEIROS, Bianca Freire. A favela que se vê e que se vende: Reflexões e polêmicas em torno de um destino turístico. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 22, n. 65, p. 61-72, 2007.
36. MEDEIROS, Bianca Freire; ROCHA, Lia; FARIA, Juliana; NAME, Leo. Of cable-cars and helicopters: mobility regimes and the politics of visibility in the favelas of Rio de Janeiro. **Visual Studies**, [s. l.], v. 35, p. 478-488, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/1472586X.2020.1840099>. Acesso em: 18 maio 2025.
37. MENEZES, Palloma. Intersecções entre novos sentidos de patrimônio, turismo e políticas públicas: Um estudo de caso sobre o Museu a céu aberto do Morro da Providência. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 33., 2009, Caxambu. **Anais** [...]. Caxambu: ANPOCS, 2009.

38. NAME, Leo; FREIRE-MEDEIROS, Bianca. Teleféricos na paisagem da “favela” latino-americana: mobilidades e colonialidades. **Revista de Geografia e Ordenamento do Território**, Porto, n. 11, p. 263-282, 2017. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.17127/got/2017.11.012>. Acesso em: 18 maio 2025.
39. NOBRE, Eduardo. **Do Plano Diretor às Operações Urbanas Consorciadas**. São Paulo: Annablume, 2019.
40. OLIVEIRA, Hugo. Galeria Providência: uma estratégia de visibilidade e disputa como parte do território da Pequena África. In: EMERSON DOS SANTOS, Renato; BARROS, Teresa Guilhon; REIS, Desiree; ARAÚJO, Luis (ed.). **Territórios Negros**: patrimônio e educação na Pequena África, Letra Capital: Rio de Janeiro, 2022, p. 188-199.
41. RIO DE JANEIRO (Município). **Plano de Desadensamento e Reordenamento da Providência**. Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro.: Secretaria Municipal de Habitação, Rio de Janeiro, edição 43, p. 18, 19 de maio de 2010.
42. RIO DE JANEIRO (Município). **Plano Estratégico da Cidade do Rio de Janeiro 2009-2012**: Pós 2016: o Rio mais integrado e competitivo. Rio de Janeiro: Prefeitura do Rio de Janeiro, 2009.
43. SANTOS, Renato Emerson dos (org). **Territórios Negros**: patrimônio e educação na Pequena África. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2022.
44. TOUGUINHÓ, Mauro. Rolé dos Favelados atrai visitantes ao Morro da Providência. **O Dia**, Rio de Janeiro, 5 mar. 2023. Disponível em: <https://odia.ig.com.br/rio-de-janeiro/2023/03/6585326-role-dos-favelados-atrai-visitantes-ao-morro-da-providencia.html>. Acesso em: 18 maio 2025.
45. URRY, John. **O Olhar do Turista**: lazer e viagens nas sociedades contemporâneas. São Paulo: Nobel, 1990.
46. VAINER, Carlos Bernardo. Pátria, empresa e mercadoria. In: ARANTES, Otília; VAINER, Carlos Bernardo; MARICATO, Ermínia. **A cidade do pensamento único**: desmanchando consensos. Petrópolis: Vozes, p. 75-103, 2000.
47. VALLADARES, Lícia. A Gênese da Favela Carioca. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 15, n. 44, p. 5-34, 2000.
48. VASSALO, Simone. Intervenções urbanas e processos de patrimonialização: as reelaborações da Pequena África na região portuária do Rio de Janeiro (anos 1980 e 2000). In: REUNIÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA, 29., 2014, Natal. **Anais** [...]. Natal: ABA, 2014. p. 1-22.

Ana Clara Chequetti

Pós-doutoranda no Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Doutora em Sociologia pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. ID ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4128-8456>. E-mail: clarachequetti@iesp.uerj.br